Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Revisão de informações financeiras intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias **5**

Balanço Patrimonial **7**

Demonstração do resultado **8**

Demonstração do resultado abrangente **9**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstração de fluxo de caixa **11**

Demonstração do valor adicionado **12**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias **13**

Relatório da administração

Destaques

- No 1º trimestre de 2026, foram investidos aproximadamente R$ 76 milhões em obras e melhorias operacionais da infraestrutura viária. O montante foi destinado à recuperação da malha rodoviária para a manutenção dos parâmetros técnicos exigidos pela ANTT, reforço estrutural da ponte sobre o Rio Santa Bárbara e à restauração de sistemas de drenagem e terraplenos. Além disso, contemplou obras emergenciais motivadas pelo período chuvoso, bem como projetos e desapropriações para viabilizar o início do cronograma de obras previstas para o ano.

- Foram realizadas intervenções ao longo da rodovia cumprindo requisitos de segurança viária e conforto aos usuários, sendo os mais relevantes:
  2,9 mil toneladas de massa asfáltica utilizada,
  120 placas de concreto para reforço do pavimento,
  Mais de 870 novas placas de sinalização vertical,
  2,5 milhões de m² de área roçada e limpa,
  54 toneladas de lixo e entulho retirados da rodovia.

- Em 2026, a Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. "Companhia" recebeu a recomendação da TÜV NORD para 6 certificações ISO, selos de reconhecimento internacional que atestam que os produtos, serviços e sistemas de gestão de uma empresa cumprem normas de qualidade, segurança e eficiência padronizadas pela *International Organization for Standardization (ISO)*, são elas:
  - ISO 9001 - Qualidade
  - ISO 14001 – Meio Ambiente
  - ISO 45001 - Saúde e Segurança do Trabalho
  - ISO 37301 - Compliance
  - ISO 37001 - Antissuborno
  - ISO 39001 - Segurança Viária

- Receitas de Pedágio (receita tarifária bruta) totalizaram R$ 145,6 milhões até março de 2026;

- Ebitda totalizou R$ 96,9 milhões até março de 2026, com Margem Ebitda de 73,15 %. Em 31 de dezembro de 2025 o EBITDA totalizou R$ 16,7 milhões, com Margem Ebitda de 3,15%, ano de início da cobrança de pedágio.

	31/03/2026	**31/12/2025**
Lucro Líquido	58.283	8.680
(+) Resultado financeiro	3.938	5.450
(+) Imposto sobre o lucro	29.625	(5.435)
(+) Depreciação e amortização	5.054	8.095
EBITDA	**96.900**	**16.790**

1. Sobre a Concessionária

1.1 Aos Acionistas

A Administração da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia") apresenta as Informações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2026, elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgãos reguladores competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silva Fortes, 47 – sala 500, Bairro União, CEP 31.160-320, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão a exploração de infraestrutura e prestação de serviço público para elaboração de projetos, construção, operação, manutenção e implantação de melhorias da BR 381, trecho com início em Belo Horizonte/MG , no entroncamento com a BR -262/MG (para Sabará) até o entroncamento com a BR-116/MG (Governador Valadares/MG), com extensão total de 304 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado nos termos do contrato de concessão 01/2024 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em decorrência do edital de concessão Nº 01/2024.

2 . Considerações Finais

2.1.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº. 162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no período findo em 31 de março de 2026, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos – valores correspondentes

Chamamos a atenção para o fato de que não revisamos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre eles. Também, não executamos procedimentos de revisão sobre as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, apresentadas como informação suplementar.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	132.088	158.266
Contas a receber de clientes	5	60.218	52.784
Impostos a recuperar	6	22.919	1.248
Adiantamentos a fornecedores	7 e 8	15.170	12.035
Outros créditos		5.714	2.163
Total do ativo circulante		**236.109**	**226.496**
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.170	2.701
Outros créditos		-	4
Total do realizável a longo prazo		**4.170**	**2.705**
Imobilizado	10	6.610	6.942
Direito da Exploração da concessão	11	318.974	324.170
Infraestrutura em construção	11	155.667	80.197
		481.251	**411.309**
Total do ativo não circulante		**485.421**	**414.014**
Total do ativo		**721.530**	**640.510**
Passivo			
Fornecedores	8 e 12	40.175	37.200
Debêntures	13	-	7.496
Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.354	8.362
Impostos a recolher	15	12.821	7.109
Imposto de renda e contribuição social	16	30.461	4.637
Total do passivo circulante		**87.811**	**64.804**
Passivo não circulante			
Debêntures	13	226.710	226.980
Total do passivo não circulante		**226.710**	**226.980**
Total do passivo		**314.521**	**291.784**
Patrimônio líquido	18		
Capital Social		340.835	340.835
Reserva de lucros		7.891	7.891
Lucro acumulado		58.283	-
Total do patrimônio líquido		**407.009**	**348.726**
Total do passivo e patrimônio líquido		**721.530**	**640.510**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do resultado

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Receita	19	207.931	-
Custo das vendas e serviços prestados	20	(96.326)	-
Lucro (prejuízo) bruto		**111.605**	**-**
Despesas administrativas	20	(19.759)	(8.469)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**91.846**	**(8.469)**
Receitas financeiras	21	5.534	3.289
Despesas financeiras	21	(9.472)	(1)
Resultado financeiro líquido		**(3.938)**	**3.288**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**87.908**	**(5.181)**
Imposto de renda e Contribuição Social (Corrente)	22	(31.094)	-
Imposto de renda e Contribuição Social (Diferido)	22	1.469	1.761
Resultado do período		**58.283**	**(3.420)**
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)		0,17	0,00

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Resultado abrangente do período	58.283	(3.420)
Total do resultado abrangente do período	**58.283**	**(3.420)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

			Reservas			
	Capital Social	**Capital Social a Integralizar**	**Reserva Legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucro (prejuízo) acumulado**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado/ revisado)	**335.336**	**(324.185)**	**-**	**-**	**(789)**	**10.362**
Integralização de capital	5.499	324.185	-	-	-	329.684
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.680	8.680
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	7.457	(7.457)	-
Constituição de reserva legal	-	-	434	-	(434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**340.835**	**-**	**434**	**7.457**	**-**	**348.726**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**340.835**	**-**	**434**	**7.457**	**-**	**348.726**
Resultado do período	-	-	-	-	58.283	58.283
Saldo em 31 de março de 2026	**340.835**	**-**	**434**	**7.457**	**58.283**	**407.009**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração de Fluxos de Caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		58.283	(3.420)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10 e 11	5.054	587
Encargos sobre debêntures	13	9.492	-
Amortização do custo de captação	13	619	-
Despesas de Imposto de renda e contribuição social	22	29.625	(1.761)
Provisão de perda de crédito esperada	5	6.369	-
		109.442	**(4.594)**
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(13.803)	-
Adiantamentos a fornecedores		(3.135)	(8.515)
Imposto a recuperar		593	(309)
Outros créditos		(3.547)	(1.766)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		2.975	6.043
Obrigações sociais e trabalhistas		(4.008)	828
Impostos a recolher [1]		5.712	(99)
Outras Contas a Pagar		-	26
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.534)	-
Juros pagos sobre debêntures	13	(17.877)	-
Fluxo de caixa aplicado/ (usado) nas atividades operacionais		**48.818**	**(8.386)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados		(313)	(29.264)
Aquisições de ativos intangíveis		(74.683)	(3.866)
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(74.996)	(33.130)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/Integralização Capital Social	18	-	156.517
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento		**-**	**156.517**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(26.178)**	**115.001**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		158.266	4.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		132.088	119.470
(Redução) /aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(26.178)**	**115.001**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

[1] A movimentação considera as rubricas de impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social diferidos.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
Informações Financeiras Intermediárias
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Receitas		**214.703**	**-**
Receitas de pedágio	19	145.602	-
Receitas de construção	19	75.470	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	(6.369)	-
Insumos adquiridos de terceiros		**(94.022)**	**(4.949)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	20	(77.328)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20	(16.694)	(4.949)
Valor adicionado bruto		**120.681**	**(4.949)**
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.054)	(587)
Valor adicionado líquido produzido		**115.627**	**(5.536)**
Valor adicionado recebido em transferência		5.534	3.289
Receitas financeiras	21	5.534	3.289
Valor adicionado total a distribuir		**121.161**	**(2.247)**
Distribuição do valor adicionado		**(121.161)**	**2.247**
Pessoal		**(10.640)**	**(2.249)**
Remuneração direta		(8.940)	(2.063)
Benefícios		(1.190)	(44)
F.G.T.S.		(510)	(142)
Impostos, taxas e contribuições		**(42.747)**	**1.076**
Federais		(35.360)	1.099
Municipais		(7.387)	(23)
Remuneração de capitais de terceiros		**(9.492)**	**-**
Juros		(9.492)	-
Remuneração de capitais próprios		**(58.283)**	**3.420**
Lucros Retidos / Prejuízo do Período		(58.283)	3.420

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rua Silva Fortes, nº 47, sala 500, bairro União, CEP 31.160-320, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 6 de fevereiro de 2055, a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos rodoviários da BR-381/MG, no trecho localizado no Estado de Minas Gerais, compreendido entre Belo Horizonte/MG, no entroncamento com a BR-262/MG (para Sabará), e Governador Valadares/MG, no entroncamento com a BR-116/MG, com extensão aproximada de 304 km.

Nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2025, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em 7 de fevereiro de 2025, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2024, a Companhia é responsável pela administração do sistema rodoviário concedido, compreendendo a execução das atividades de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia.

A Companhia foi constituída em 08 de novembro de 2024 e, até o momento, concentrou suas atividades na estruturação operacional da concessionária e na execução dos trabalhos iniciais previstos no contrato de concessão, incluindo mobilização de equipes, implantação de estruturas operacionais, serviços iniciais de recuperação e conservação da rodovia e preparação para início da operação plena da concessão.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 27 de setembro de 2025, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As tarifas de pedágio poderão ser reajustadas anualmente, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Em junho de 2025, com base no Termo Aditivo nº 01/2025, ficou acordada a troca de operação de praças de pedágio por operação de pedágios eletrônicos para cobrança de livre passagem.

1.1 Apresentação das informações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis internacionais IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a

norma internacional de contabilidade IAS 34 - ***Interim Financial Reporting***, emitida pelo I***nternational Accounting Standards Board*** (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 01 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração, sendo eventuais revisões reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em exercícios futuros afetados.

As informações sobre as principais incertezas relacionadas a premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;

- Nota 11 – Amortização dos ativos intangíveis: método linear;

2 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias.

2.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece receitas em um modelo de cinco etapas:

(1) identificação do contrato com o cliente;

(2) identificação das obrigações de desempenho do contrato;

(3) determinação do preço da transação;

(4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e

(5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

As receitas de pedágio são reconhecidas no momento da utilização da rodovia pelos usuários.

Pela política da Companhia, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, são reconhecidos receitas e custos de construção correspondentes, determinados com base no estágio de execução física das obras, alinhado às medições dos serviços realizados.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando os usuários utilizam a infraestrutura concedida em um determinado momento no tempo. As receitas acessórias e de construção são reconhecidas à medida que os respectivos serviços são prestados, observando-se o estágio de execução das obrigações de desempenho.

As tarifas de pedágio são estabelecidas no contrato de concessão e estão sujeitas a reajustes periódicos conforme previsto contratualmente.

A receita não é reconhecida quando existir incerteza significativa quanto à sua realização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

Adicionalmente, para fins de classificação, a Companhia considera as saídas de recursos previstas para os próximos três meses a partir da data da avaliação.

2.3 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo dos ativos imobilizados compreende os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição

ou construção, incluindo custos com materiais, mão de obra direta e quaisquer outros gastos necessários para colocar o ativo em local e condição de funcionamento. Para ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.
Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem vidas úteis diferentes, elas são contabilizadas como componentes individualizados.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de itens do imobilizado, apurados pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados a esse componente fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos de manutenção rotineira são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base no padrão estimado de consumo dos benefícios econômicos futuros dos ativos, considerando sua vida útil econômica estimada ou, para determinados ativos diretamente vinculados à operação da concessão, o prazo concessório como limitador da realização desses benefícios econômicos. As principais taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativa contábil.

2.4 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

• direito de exploração da infraestrutura, conforme descrito na nota 2.11., e

• sistemas informatizados e licenças de software utilizados nas operações administrativas e operacionais.

Os ativos relacionados a sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada com base em sua vida útil estimada.

Nos termos do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12– Contratos de Concessão, a Companhia reconhece como ativo intangível o direito de explorar a infraestrutura concedida, sendo este ativo registrado pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços de construção ou melhoria.

Os custos de construção da infraestrutura são reconhecidos no resultado ao longo da execução das obras, mesmo momento em que uma receita é reconhecida em contrapartida ao reconhecimento do ativo intangível correspondente ao direito de exploração da infraestrutura concedida. A remuneração da Companhia ocorre substancialmente por meio da cobrança futura de tarifas dos usuários da rodovia ao longo do prazo da concessão. A Companhia estimou que eventual margem de construção, líquida de tributos, é imaterial, considerando-a próxima a zero.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos qualificáveis são capitalizados ao custo da infraestrutura em construção, conforme CPC 20 /IAS 23 – Custos de Empréstimos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo do prazo da concessão e avaliados quanto à existência de indicativos de perda no valor recuperável, conforme ICPC 01/ IFRIC12. Em 31 de março de 2026, a Administração não identificou indicativos de perda no valor recuperável desses ativos.

2.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui obrigação legal ou não formalizada como resultado de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para liquidar a obrigação, utilizando taxa de desconto antes dos tributos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo.

Os efeitos financeiros decorrentes da atualização dessas provisões são reconhecidos no resultado.

2.6 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos sobre aplicações financeiras, os efeitos de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros ativos e as variações monetárias ativas sobre instrumentos financeiros passivos, quando aplicável.

As despesas financeiras compreendem, substancialmente, juros sobre passivos financeiros, variações monetárias passivas, e os efeitos de mensuração de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

2.7 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas vigentes de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil no ano, para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas vigentes ou substantivamente vigentes na data do balanço.

Na mensuração do imposto corrente e diferido, a Companhia considera os impactos de incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas. A Administração entende que a provisão registrada para tributos sobre o lucro é adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretação da legislação tributária e experiência anterior. Essa avaliação envolve estimativas e premissas que podem resultar em alterações futuras nos montantes reconhecidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe direito legalmente executável de compensar ativos e passivos fiscais correntes, e quando se referem a tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados, observando-se o limite legal de compensação.

A recuperação dos ativos fiscais diferidos é suportada por projeções de resultados tributáveis futuros aprovados pela Administração, elaboradas com base em premissas consideradas razoáveis e consistentes com os planos operacionais e estratégicos da Companhia. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a geração de lucros

tributáveis futuros suficientes para sua realização.

2.9 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que são originados.

A Companhia avalia os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (SPPI test).

Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber sem componente significativo de financiamento) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido ou deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, especialmente contas a receber decorrentes da arrecadação de pedágio eletrônico (free flow) e demais créditos operacionais.

A mensuração das perdas de crédito de crédito esperadas é realizada em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9), utilizando-se a abordagem simplificada para contas a receber de clientes, com reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo financeiro.

Metodologia
A Companhia adota matriz de provisão baseada principalmente no aging da carteira e no comportamento observado da arrecadação de free flow desde o início da operação, considerando:

- inadimplência observada;
- taxas de recuperação verificadas;
- características específicas da arrecadação free flow;
- comportamento de pagamento dos usuários; e
- informações prospectivas razoáveis e suportáveis disponíveis na data de reporte.

A carteira é segmentada por faixas de vencimento, refletindo o aumento progressivo do risco de crédito ao longo do tempo. A metodologia é revisada periodicamente e será refinada à medida que a Companhia obtenha maior maturidade histórica da carteira.

Percentuais de provisão (política aplicada)
A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base com base em intervalos, dependendo da quantidade de dias de vencimento.

Esses intervalos são revisados periodicamente com base no comportamento observado da

inadimplência, experiência de recuperação de créditos, características da arrecadação free flow e demais informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de reporte.

Reconhecimento e mensuração
A provisão é reconhecida no resultado do exercício, na rubrica de despesas com perdas de crédito esperadas, reduzindo o valor contábil dos ativos financeiros.
A mensuração considera a expectativa de não recebimento ao longo da vida do ativo, independentemente da ocorrência de evento de inadimplência.

Baixa de ativos financeiros (write-off)

Os ativos financeiros são baixados contra a provisão quando:
• não há expectativa razoável de recuperação; ou
• os esforços de cobrança administrativa e/ou judicial foram esgotados; ou
• os créditos apresentam aging superior a 180 dias, sem perspectiva de recebimento.
Eventuais recuperações de valores previamente baixados são reconhecidas como receita no resultado do exercício.

Julgamentos e estimativas relevantes
A mensuração da perda de crédito esperada envolve julgamento significativo da Administração, especialmente quanto:
• à definição das taxas de perda por faixa de aging;
• à estimativa de recuperação de créditos;
• à incorporação de premissas prospectivas;
• à avaliação do comportamento de pagamento dos usuários no modelo free flow.

A Companhia revisa periodicamente essas estimativas, sendo eventuais alterações reconhecidas prospectivamente, conforme aplicável às mudanças de estimativas contábeis.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment, quando aplicável. As receitas de juros, os ganhos e perdas cambiais e as perdas por impairment são reconhecidos no resultado. Quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento desses ativos também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa de um ativo financeiro em transação na qual:

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

- a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, adicionalmente, não mantém o controle sobre esse ativo.

A Companhia pode realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém substancialmente todos os riscos e benefícios desses ativos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesses casos, um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

2.11 Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1) / IFRIC 12)

A infraestrutura abrangida pela ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o Poder Concedente mantém o controle da infraestrutura concedida, incluindo a definição dos serviços públicos a serem prestados, dos usuários e da política tarifária aplicável. Dessa forma, a Companhia detém apenas o direito de exploração da infraestrutura para prestação dos serviços públicos previstos no contrato de concessão, sendo os bens reversíveis devolvidos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Nos termos desses contratos, a concessionária atua como prestadora de serviços, realizando obras de construção ou melhoria da infraestrutura e, posteriormente, operando e mantendo essa infraestrutura durante o prazo da concessão.

A Companhia aplica o modelo de ativo intangível previsto na ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, uma vez que sua remuneração decorre substancialmente do direito de cobrança dos usuários da infraestrutura concedida.

Quando a concessionária realiza serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, os respectivos custos são reconhecidos no resultado em contrapartida ao ativo intangível, refletindo o direito de exploração da infraestrutura concedida.

O direito de exploração da infraestrutura decorre da prestação dos serviços de construção e melhoria realizados pela Companhia em troca do direito de cobrar os usuários da infraestrutura ao longo do prazo da concessão. O ativo intangível é mensurado substancialmente com base nos custos de construção incorridos, acrescidos, quando aplicável, dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis. A Companhia entende que eventual margem de construção líquida de tributos é imaterial, razão pela qual a considera equivalente a zero.

Dispêndios com obras de melhoria que não gerem benefícios econômicos futuros identificáveis não são capitalizados ao ativo intangível e são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos, em linha com os critérios de reconhecimento previstos nas normas contábeis aplicáveis, incluindo ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e no CPC 47 / IFRS 15, quando aplicável.

As receitas e custos relacionados aos serviços de construção e melhoria da infraestrutura são reconhecidos ao longo do tempo, conforme evolução física da execução das obras, em linha com a prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do prazo da concessão, por representar a melhor estimativa do padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo intangível.

2.12 Informação por segmento

A Companhia atua exclusivamente na exploração de concessão pública de rodovia, representando um único segmento operacional, que corresponde à forma pela qual a Administração monitora o desempenho operacional, financeiro e aloca recursos.

Embora as demonstrações financeiras contemplem receitas relacionadas à construção da infraestrutura no contexto da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, tais atividades não são geridas ou monitoradas como segmento operacional separado, por estarem integralmente vinculadas à operação da concessão rodoviária.

Nenhum cliente individual representa mais de 10% da receita total da Companhia.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Para ativos intangíveis relacionados a contratos de concessão, a avaliação considera projeções de fluxo de caixa descontado ao longo do prazo da concessão.
Em cada data de reporte, a Companhia avalia se há indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Caso existam indicativos, o valor recuperável do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é estimado.
O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto antes dos impostos.
As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil do ativo ou da UGC excede seu valor recuperável.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade dos ativos financeiros relacionados à arrecadação de pedágio eletrônico (free flow), reconhecendo perdas esperadas de crédito conforme os critérios previstos no CPC 48/IFRS 9.
Adicionalmente, o Contrato de Concessão prevê mecanismo de compartilhamento de risco com o Poder Concedente, o qual estabelece a assunção de 90% dos impactos sobre a receita de pedágio decorrentes de evasão ou inadimplência após 180 dias da passagem pelo pedágio eletrônico, observadas as condições contratuais e regulamentares aplicáveis. A existência do mecanismo regulatório, previsto contratualmente, é considerada pela Administração como um elemento adicional no acompanhamento do risco da carteira, sem alterar a necessidade de reconhecimento das perdas esperadas sobre os créditos inadimplentes, conforme requerido pelo CPC 48.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras
A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A norma introduz novos requisitos para apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo a definição de novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior desagregação de informações e aprimoramento das divulgações relacionadas à performance financeira.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da adoção dessa norma, especialmente no que se refere à estrutura de apresentação da demonstração do resultado.

b) Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Determinações de valores justos

Políticas contábeis da Companhia baseados nas normas contábeis vigentes requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros apurado de divulgação. Quando aplicável as informações relativas ao valor justo serão incluídas nas notas explicativas específicas relacionadas a cada ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados ao custo amortizado, cujo valor contábil se aproxima do valor justo em razão da elevada liquidez e dos prazos reduzidos de vencimento dessas operações.

- Aplicações financeiras

O valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é determinado com base nos preços de mercado observáveis, geralmente correspondentes às cotações de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos, incluindo debêntures, são mensurados ao custo amortizado. Para fins de divulgação, a Administração entende que os valores contábeis desses instrumentos financeiros se aproximam de seus respectivos valores justos, considerando as condições contratuais, prazos, indexadores e taxas praticadas no mercado.

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	**31/12/2025**
Bancos conta movimento	1.888	3.325
	1.888	**3.325**

Aplicações Financeiras

	31/03/2026	**31/12/2025**
Modalidade		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	78.494	81.633
Compromissada	51.706	73.308
	130.200	**154.941**
Total	**132.088**	**158.266**

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de março de 2026 (99,06% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Compreende substancialmente aplicações em CDB e compromissadas de bancos de primeira linha.

5 Contas a receber de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Contas a receber – OSA (a)	38.477	35.618
Contas a receber – Free Flow (a)	30.140	19.196
Provisão para perda de crédito esperada	(8.399)	(2.030)
Total	**60.218**	**52.784**

Os vencimentos das contas a receber estão assim representados:

Idade de vencimentos dos Títulos	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Créditos a vencer	50.178	48.341
Créditos vencidos até 60 dias	4.690	3.531
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	4.421	2.519
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	9.328	423
Total	**68.617**	**54.814**

A movimentação do período nas provisões para perda de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	(2.030)	-
Constituição da provisão para perda de crédito esperada	(6.369)	(2.030)
Saldo no final do período	**(8.399)**	**(2.030)**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária+

6 Impostos a recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL	22.898	-
PIS e COFINS	-	583
ISS	21	665
Total	**22.919**	**1.248**

7 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento a fornecedor terceiros	9.529	6.030
Adiantamento a fornecedor partes relacionadas	5.641	6.005

Total	**15.170**	**12.035**

Os adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a valores antecipados para execução de obras, aquisição de materiais, mobilização operacional e prestação de serviços vinculados à implantação e operação da infraestrutura da concessão, os quais serão compensados conforme evolução física e financeira dos respectivos contratos,

Os saldos com partes relacionadas referem-se principalmente a adiantamentos vinculados a contratos de apoio operacional e serviços relacionados à implantação da concessão.

8 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do período pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de março de 2026, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 794 (R$ 780 em 31 de março de 2025).

Controladora

A Companhia possui como acionistas finais diretos os fundos de investimento Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada e o 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I, os quais exercem o controle e a governança da Companhia, conforme acordos societários vigentes.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e/ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições abaixo:

	31/03/2026	**31/12/2025**
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores		
Consorcio Construtor BR-381 (nota explicativa nº 7) (a)	5.641	6.005
	5.641	**6.005**
Passivo circulante		
Fornecedores		
Consorcio Construtor BR-381 (nota explicativa nº 12) (a)	1.045	5.811
	1.045	**5.811**

Resultado do período		**(Não auditado/ revisado)**
	31/03/2026	**31/03/2025**
Custos e despesas		

4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I (b)	-	969
	-	**969**

(a) Refere-se a contratação de serviços associados a obras de construção e melhorias da rodovia. O Consorcio Construtor BR-381 é parte relacionada pois possui os mesmos controladores da Companhia. O contrato possui prazo inicial de 12 meses, prorrogável por igual período, e prevê pagamento em até 30 dias após a comprovação da prestação dos serviços e aprovação das respectivas medições.

(b) A contratação foi submetida aos procedimentos de governança previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e aprovada pelas instâncias competentes, observadas as condições pactuadas entre as partes.

(c) Refere-se a repasse de custos. O 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I é parte relacionada pois é um dos controladores da Companhia.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2026	**31/12/2025**
Ativo	**4.848**	**3.381**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	522	1.380
Provisão para fornecedores (a)	1.470	1.311
Provisão para perda de crédito esperada - contas a receber	2.856	690
Passivo	**(678)**	**(680)**
Capitalização de juros	678	680
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	4.170	2.701

Movimentação imposto diferido	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Saldo em 1º de janeiro	**2.701**	-
Efeito no resultado do período	1.469	2.701
Saldo do período	**4.170**	**2.701**

(a) Refere-se substancialmente a provisões registradas por competência relacionadas a serviços tomados, medições de obras e obrigações operacionais incorridas até a data-base das demonstrações financeiras, ainda pendentes de faturamento e/ou documentação suporte pelos respectivos fornecedores.

10 Imobilizado

Custo	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Obras em andamento**	**Total**
Taxa (%) média anual	**50%**	**10%**	**20%**	**10%**	**10%**	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.201**	**1.333**	**712**	**2.531**	**83**	**-**	**7.860**
Adições	-	7	15	101	-	190	313
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	100	(396)	296	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	**3.201**	**1.440**	**331**	**2.928**	**83**	**190**	**8.173**

Depreciação	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Obras em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(614)**	**(55)**	**(35)**	**(211)**	**(3)**	**-**	**(918)**
Adições	(370)	(109)	(18)	(146)	(2)	-	(645)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(5)	6	(1)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	**(984)**	**(169)**	**(47)**	**(358)**	**(5)**	**-**	**(1.563)**
Saldo líquido 31/03/2026	**2.217**	**1.271**	**284**	**2.570**	**78**	**190**	**6.610**
Saldo líquido 31/12/2025	**2.587**	**1.278**	**677**	**2.320**	**80**	**-**	**6.942**

Custo	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Total**
Taxa (%) média anual	**50**	**10**	**20**	**10**	**10**	
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado/ revisado)	**-**	**40**	**-**	**164**	**-**	**204**
Adições	3.201	1.296	712	2.374	83	7.666
Baixas	-	(3)	-	(7)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.201**	**1.333**	**712**	**2.531**	**83**	**7.860**

Depreciação	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	(614)	(55)	(35)	(212)	(3)	(919)
Baixas	-	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(614)**	**(55)**	**(35)**	**(211)**	**(3)**	**(918)**
Saldo líquido 31/12/2025	**2.587**	**1.278**	**677**	**2.320**	**80**	**6.942**
Saldo líquido 31/12/2024	**-**	**40**	**-**	**164**	**-**	**204**

11 Direito da Exploração da concessão e Infraestrutura em construção

Custo	**Direito de exploração da concessão**	**Infraestrutura em construção**	**Total**
Taxa (%) média anual	**5,5%**		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**331.276**	**80.197**	**411.473**
Adições	276	75.470	75.746
Baixas	(1.063)	-	(1.063)
Saldo em 31 de março de 2026	**330.489**	**155.667**	**486.156**

Amortização	**Total do Intangível**	**Infraestrutura em construção**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(7.106)**	**-**	**(7.106)**
Adições	(4.409)	-	(4.409)
Saldo em 31 de março de 2026	**(11.515)**	**-**	**(11.515)**
Saldo líquido 31/03/2026	**318.974**	**155.667**	**474.641**
Saldo líquido 31/12/2025	**324.170**	**80.197**	**404.367**

Custo	**Direito de exploração da concessão**	**Infraestrutura em construção**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado/ revisado)	**6.154**	**-**	**6.154**
Adições	325.122	80.197	405.319
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**331.276**	**80.197**	**411.473**

Amortização	**Total do Intangível**	**Infraestrutura em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado/ revisado)	**-**	**-**	**-**
Adições	(7.106)	-	(7.106)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(7.106)**	**-**	**(7.106)**
Saldo líquido 31/12/2024	**6.154**	**-**	**6.154**
Saldo líquido 31/12/2025	**324.170**	**80.197**	**404.367**

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo do prazo da concessão, estimado em 30 anos, conforme contrato firmado com o poder concedente. A Administração entende que esse método reflete adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos, considerando a utilização contínua e homogênea da infraestrutura ao longo do período concessório. O critério está em conformidade com o CPC 04 (R1) / IAS 38 Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12 Service Concession Arrangements), não havendo evidências que justifiquem a adoção de método distinto ou amortização acelerada.

(a) Equipamentos e veículos: referem-se a bens reversíveis vinculados à operação da concessão, incluindo veículos e equipamentos utilizados nas atividades operacionais, os quais, nos termos do contrato de concessão, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo contratual. Tais ativos são reconhecidos como parte do ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1) /IFRIC 12. Esses ativos não conferem à Companhia o direito de controle econômico residual ao final da concessão, estando integralmente vinculados à prestação dos serviços concedidos

12 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de materiais e serviços (a)	36.077	28.823
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	1.045	5.811
Cauções e retenções contratuais (b)	3.053	2.566
Total	**40.175**	**37.200**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento Final	Valor Contratado	Valor Captado	31/03/2026	31/12/2025
Debêntures	CDI + 2,40% a.a.	março/2028	430.000	230.000	226.710	234.476
					226.710	**234.476**
Circulante					-	7.496
Não Circulante					226.710	226.980

Cronograma de amortização da dívida – Debêntures

A parcela classificada no passivo não circulante no período findo em 31 de março de 2026 tem o seguinte cronograma de vencimento:

	31/03/2026	31/12/2025
2028	230.000	230.000
	230.000	**230.000**
Custo de captação (não circulante)	(3.290)	(3.020)
Total	**226.710**	**226.980**

O saldo do custo de captação em 31 de março de 2026 totaliza o montante de R$ 4.913 (R$ 5.532 em 31 de dezembro de 2025).

Movimentação das dívidas	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Saldo inicial	**234.476**	**-**
Captações	-	230.000
(-) Pagamentos de juros	(17.877)	-
Provisão de juros (nota explicativa nº 22)	8.498	9.005
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	994	1.003
(-) Custo de captação do período	-	(6.086)
Amortização do custo de captação do período	619	554
Saldo final	**226.710**	**234.476**

Em setembro de 2025, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 430.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, no valor nominal total de R$ 430.000, dos quais R$ 230.000 correspondentes a 1ª série foram desembolsados, R$ 200.000 correspondentes a 2ª série a desembolsar em 2026, ambas as séries possuem mesma remuneração e serão pagas em uma única parcela no vencimento em março de 2028 e os juros pagos semestralmente conforme cronograma da Escritura. As garantias relacionadas a tal debênture são: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações, (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (iii) Garantia Fidejussória do Fiador (Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada), (iv) Conta Vinculada com passagem de fluxo de Recebiveis.

A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2026	**31/12/2025**
Salários e encargos	3.326	4.304
Participação nos lucros e resultados	1.028	4.058
Total	**4.354**	**8.362**

15 Impostos a recolher

	31/03/2026	**31/12/2025**
ISS a recolher	5.647	3.229
PIS/COFINS/CSLL a recolher	5.122	2.275
INSS a recolher	400	853
IRRF a recolher	1.652	752
Total	**12.821**	**7.109**

16 Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda	22.248	2.577
Contribuição social	8.213	2.060
Total	**30.461**	**4.637**

Saldo no início do período	**4.637**
(-) Pagamento IR e CS	(4.711)
(+) Constituição de IR e CS a pagar	30.535
Saldo no final do período	**30.461**

Os pagamentos antecipados de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2026 foram registrados no ativo circulante, na rubrica de tributos a recuperar, conforme regime de competência e legislação tributária vigente. Tais valores correspondem às antecipações mensais por estimativa previstas na Lei nº 9.430/1996 e serão compensados com os tributos correntes apurados ao final do exercício. Dessa forma, permanecem no passivo apenas os montantes efetivamente devidos e não liquidados na data-base.

17 Provisões e Passivos Contingentes

a. Provisões

A Companhia não possui provisões constituídas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

b. Passivos Contingentes (perda possível)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

Com base na avaliação de assessores jurídicos, existem processos classificados com probabilidade de perda possível, os quais não são reconhecidos contabilmente, conforme CPC 25/ IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de março de 2026, o montante envolvido nesses processos totalizou R$ 10, sendo relacionados a natureza trabalhista (R$ 21 em 31 de dezembro de 2025).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social integralizado é de R$ 340.835 (R$ 340.835 em 31 de dezembro de 2025). O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 340.835 dividido em 340.834.772 (trezentos e quarenta milhões, oitocentas e trinta e quatro mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas.

Adicionalmente, a Companhia emitiu 260.000.000 ações preferenciais subscritas e não integralizadas, de titularidade da 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I. A integralização dessas ações ocorrerá em caso de default na liquidação das obrigações relacionadas à 1ª emissão de debêntures simples e não conversíveis, momento em que será mantida a relação de R$1 (um real) integralizado para cada ação preferencial, que são automaticamente conversíveis em ações ordinárias na relação de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária.

Como contrapartida à renúncia, pelo FIP Opportunity, do direito de preferência para subscrição de ações preferenciais e com o objetivo de assegurar a adequada equalização das participações acionárias, a Companhia emitiu, dentro do limite de seu capital autorizado, 1 (um) Bônus de Subscrição para Ajuste de Participação em favor do acionista FIP Opportunity, que poderá ser exercido pelo FIP Opportunity em caso de integralização das ações preferenciais descritas no parágrafo anterior, também na relação de R$ 1 (um real) para cada ação preferencial a ser emitida, que também será automaticamente convertida em ação ordinária na relação de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária.

Na data base das informações financeiras as condições de conversão das ações preferenciais e do bônus não foram satisfeitas, e portanto, as ações emissíveis sob condição (contingentes) não estão incluídas no cálculo de lucro por ações.

	31/03/2026		31/12/2025	
	%	Qtde. de ações	%	Qtde. de ações
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I	50%	170.417.386	50%	170.417.386
Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	50%	170.417.386	50%	170.417.386
	100%	**340.834.772**	**100%**	**340.834.772**

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal, que estará à disposição para aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

O Estatuto prevê que o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202, inciso I, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório, contudo devido a 1ª Emissão de Debêntures (dívida de curto prazo) é vedada a distribuição até sua liquidação.

19 Receita operacional líquida

	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Receitas de pedágio	145.602	-
Receitas de construção	75.470	-
Total receita bruta	**221.072**	**-**
Impostos sobre receitas	(13.141)	-
Total da receita operacional líquida	**207.931**	**-**

20 Custos e despesas por natureza

	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Pessoal	10.640	2.312
Serviços de terceiros	10.233	3.429
Materiais, equipamentos e veículos	3.169	434
Amortização e depreciação	5.054	587
Provisão de perda de crédito esperada	6.369	-
Custos de construção e infraestrutura	75.470	-
Verba de fiscalização	552	-
Propaganda e publicidade	80	1
~~P~~rovisão para Fornecedores	1.226	1
Energia elétrica	324	3
Outros	2.968	1.233
Total	**116.085**	**8.469**
Custos dos serviços prestados	96.326	-
Despesas administrativas e gerais	19.759	8.469

21 Resultado financeiro

	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Receitas financeiras	**5.534**	**3.289**
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.534	3.287
Outras receitas financeiras	-	2
Despesas financeiras	**(9.472)**	**(154)**
Juros sobre debêntures	(9.492)	-
Capitalização de custo das Debêntures	994	-
Amortização custos incorridos - Debêntures	(619)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(89)	(1)
Outras despesas financeiras	(266)	-
Resultado financeiro líquido	**(3.938)**	**3.288**

22 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no período findo em 31 de março de 2026 e 2025, está apresentada como segue:

	31/03/2026	(Não auditado/ revisado) 31/03/2025
Resultado antes dos tributos	87.908	(5.181)
Alíquota fiscal	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	**(29.889)**	**1.762**
Outras adições (exclusões)	264	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(31.094)	-
Diferido	1.469	1.762
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**(29.625)**	**(1.762)**
Alíquota efetiva	**34%**	**34%**

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**31/03/2026**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(31.094)
Saldos pagos referente à anos anteriores	(4.637)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social corrente do período	(22.897)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	31.094
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	**(27.534)**
Transações que afetaram os impostos, mas não envolveram caixa:	
Compensações referente retenções na fonte	633
Imposto de renda e contribuição social a pagar	30.461
Total	**31.094**

23 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos financeiros e os gestores de cada área reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos internos, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de março de 2026, é de R$ 8.399, representando aproximadamente 3,1% do faturamento de clientes. Em 31 de dezembro de 2025 era esperado perdas de R$ 2.030, representando 1,6% do faturamento de clientes.

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, procura diversificar suas operações. Serão aceitas como Contrapartes as instituições financeiras e os emissores de títulos e valores mobiliários classificados com rating “AAA” (escala local).

Adicionalmente, a Companhia pode apresentar concentração de risco de crédito em relação a determinadas contrapartes institucionais, tais como o Poder Concedente, conforme aplicável.

Informações adicionais podem ser obtidas nas notas explicativas nº 4, 5 e 13.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	1.888	3.325
Aplicações financeiras	130.200	154.941
Contas a receber de clientes	68.617	54.814
	200.705	**213.080**

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A gestão de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento contínuo de suas necessidades de caixa, do acompanhamento de seus níveis de endividamento e da gestão dos vencimentos contratuais de seus passivos financeiros, considerando os padrões de mercado. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui covenants financeiros aplicáveis. l.

A Administração entende que a Companhia possui capacidade para honrar suas obrigações financeiras e manter a continuidade operacional de suas atividades em condições normais de mercado.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de março de 2026:

	Valor Contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos					
Fornecedores	40.175	40.175	40.175	-	-
Debêntures	226.710	316.998	36.350	33.653	246.995
	266.885	**357.173**	**76.525**	**33.653**	**246.995**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	31/03/2026	31/12/2025
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		

Aplicações financeiras	130.200	154.941
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	226.710	234.476

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Uma operação de 25% e 50% nas taxas de juros na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o resultado conforme demonstrado abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva a.a. em 31/03/2026**	**25%**	**50%**
1- Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	130.200	Variação do CDI	14,65%	23.843	28.611
2- Passivos financeiros					
Debêntures	(226.710)	Variação do CDI	14,65%	(41.516)	(49.820)
1 + 2 - Exposição líquida	**(96.510)**			**(17.673)**	**(21.209)**

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

		Valor contábil		**Valor justo**	
Ativo	**Classificação por categoria**	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	132.088	158.266	132.088	158.266
Contas a receber de clientes (i)	Custo amortizado	68.617	54.814	68.517	54.814
Total		**200.705**	**213.080**	**200.705**	**213.080**
Passivo					
Debêntures (ii)	Custo amortizado	226.710	240.007	231.622	240.007
Total		**226.710**	**240.007**	**231.622**	**240.007**

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

(ii) O valor justo foi calculado projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (B3) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). O cálculo foi feito de acordo com o nível 2 de hierarquia do valor justo.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras e debêntures são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.° 4, 5 e 13.

A Companhia também está exposta ao risco de inflação, principalmente em função dos efeitos de índices inflacionários sobre receitas tarifárias, custos operacionais, investimentos previstos no contrato de concessão e determinados passivos financeiros. As tarifas de pedágio possuem mecanismo de reajuste periódico previsto contratualmente, buscando preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão ao longo do prazo contratual.

24 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

No período de três meses findo em 31 de março de 2026, não houve alterações relacionadas às obrigações descritas na nota explicativa n° 24 das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

25 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros compatível com os riscos inerentes às suas operações e às exigências previstas no Contrato de Concessão, incluindo, entre outros, seguros patrimoniais, responsabilidade civil, riscos operacionais e garantia.

Na avaliação da Companhia, as coberturas contratadas em 31 de março de 2026 são consideradas suficientes para fazer face aos principais riscos relacionados às suas atividades.

Composição da Diretoria

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Diretor Presidente

Danielle Agrizzi Vida
Diretora Financeira

Contador
Moacir Pereira da Silva Neto
Contador - CRC SP 263408/O